XXI ENANCIB

Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação

50 anos de Ciência da Informação no Brasil:
diversidade, saberes e transformação social

Rio de Janeiro • 25 a 29 de outubro de 2021

XXI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXI ENANCIB

GT-3 – Mediação, Circulação e Apropriação da Informação

MULHERES NO ESPAÇO PÚBLICO: A MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO NO PROCESSO DE CONQUISTAS SOCIAIS

WOMEN IN THE PUBLIC SPACE: MEDIATION OF INFORMATION IN THE PROCESS OF SOCIAL ACHIEVEMENTS

Beatriz de Oliveira Benedito - Universidade Estadual Paulista (UNESP)

Marcela Arantes Ribeiro - Universidade Estadual Paulista (UNESP)

Luana Maia Woida - Universidade Estadual Paulista (UNESP)

Modalidade: Resumo Expandido

Resumo: Esse resumo expandido apresenta como objetivo inter-relacionar o processo de mediação da informação com a representação feminina em espaço público de poder, para tanto, utiliza-se a concepção de mediação da informação proposta por Almeida Júnior (2015) e nas discussões de gênero fundamenta-se em Biroli (2010; 2016) e outros. Sendo uma pesquisa de referencial bibliográfico com levantamento documental, qualitativa, do tipo descritiva e exploratória, a coleta de dados limita-se ao relatório MonitorA. A interpretação demonstra a transversalidade das reflexões de gênero com a mediação da informação na consolidação do enfrentamento às desigualdades presentes nas instituições políticas.

Palavras-chave: mediação da informação; apropriação da informação; diversidade.

Abstract: This expanded summary aims to interrelate the information mediation process with the female representation in public spaces of power, using the concept of information mediation proposed by Almeida Júnior (2015) and in fundamental gender discussions. if in Biroli (2010; 2016) and others. Being a bibliographic reference research with documental, qualitative, descriptive and exploratory survey, data collection is limited to the MonitorA report. The interpretation demonstrates the transversality of gender reflections with the mediation of information in the consolidation of coping with the inequalities present in political institutions.

Keywords: information mediation; information appropriation; diversity.

1 INTRODUÇÃO

Esse resumo expandido inter-relaciona duas pesquisas em andamento, vinculadas ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Unesp-Marília. Por definição,

considera-se que, ambos os estudos, possibilitam a discussão e potencialização das relações de gênero pelo viés teórico do processo de mediação da informação.

Posto isto, dentre as reflexões proposta, essa pesquisa tem três eixos de recorte, a saber: a presença da mulher no espaço de poder, em particular, o âmbito político institucional, o ambiente virtual e as redes sociais como novos espaços para a disseminação de violência contra a mulher, demonstrado no relatório MonitorA: relatoria sobre a violência política online em páginas e perfis de candidatas (os) nas eleições municipais de 2020. E por fim, a mediação da informação no enfrentamento da violência política e de gênero.

Desse modo, no procedimento de inter-relacionar as abordagens apresentadas tem-se a concepção de mediação da informação proposta de Almeida Júnior (2015), por apresentar os caminhos conceituais para a interferência do profissional da informação para fins de conduzir a apropriação de uma informação por parte do usuário da informação, bem como gerar outras demandas informacionais. Por outro lado, ao considerar o campo teórico inerente a representação feminina, somada, a violência política contra as mulheres, tem-se, Biroli (2016), Beaudoux (2017) e Krook (2017), que apresentam esse cenário a partir da retórica vinculada à (re) produção dos estereótipos de gênero.

Mediante isso, esse resumo parte do seguinte questionamento: é possível um papel da mediação da informação no enfrentamento da violência política contra as mulheres nos ambientes virtuais?

Assim, o objetivo geral consiste em inter-relacionar o processo de mediação da informação com a representação feminina no âmbito político, a partir do enfrentamento da violência política contra a mulher. Infere-se que, o alcance desta pesquisa transversaliza as discussões tanto de gênero como no campo da Ciência da Informação contribuindo de forma interdisciplinar no âmbito científico e destacando o social por elencar a busca pela justiça social.

Os dados foram coletados considerando a abordagem qualitativa (VALENTIM, 2005), sendo uma pesquisa do tipo descritiva-exploratória (GIL, 2002) e, por fim, se caracteriza como uma pesquisa de referencial bibliográfico com levantamento documental. Em análise prévia nota-se a importância da permanência do enfrentamento à violência contra a mulher no espaço de poder, especificando o político, bem como em todas as relações da sociedade brasileira.

2 MULHERES E POLÍTICA: BREVES CONSIDERAÇÕES

Ao trilhar o caminho de mulheres no universo político é possível perceber diversos percalços de injustiças sociais. No contexto brasileiro, a primeira mulher a ocupar um cargo político foi Carlota Pereira de Queiroz, eleita como a primeira deputada federal em 1933. Em 2011, Dilma Rousseff ocupa pela primeira vez na história do país o cargo de presidente, sendo afastada por um processo de impeachment em 2016. Hoje em dia, em São Paulo, na legislatura atual, somente 11 mulheres ocupam os cargos de deputadas. Ademais, no total, 77 mulheres estão na linha de frente da Câmara dos Deputados, representando assim, 15% das cadeiras ocupadas (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2019).

Posto isto, é possível discutir esse cenário desigual, a partir das observações iniciais de Biroli (2016). Segundo a autora, tal contexto de sub-representação está concomitantemente relacionado com a naturalização da mulher no espaço privado e familiar. Nele, se definem, características relacionadas aos comportamentos de docilidade, paciência, emotividade e domesticidade. Isso acabou levando à narrativa de que, esses marcadores que separam socialmente homens e mulheres, ou ainda, as marcas de feminilidade, são com frequência, marcas desqualificadas para assumir qualquer posição de tomada de decisão, ou ainda, para um personagem político.

Nessa mesma linha de raciocínio, tem-se Beaudoux (2017), que ao discutir essa temática avança trazendo uma retórica inerente aos dispositivos de discriminação baseados nos estereótipos de gênero, e ao mesmo tempo, contestando a influência dos meios digitais e de comunicação na disseminação e (re) produção das narrativas misóginas e sexistas, oriundas dos modelos formais de dominação masculina. É possível compreender que, nas condições atuais, os instrumentos de comunicação, em particular, as mídias, são os novos articuladores que organizam a interatividade entre os indivíduos. Logo, infere-se que, a fragilização na inserção da mulher nos espaços políticos é potencialmente influenciada pela propagação de discursos machistas, bem como, de *fake News*, cuja finalidade é interferir tanto na vontade popular, como na inserção feminina ao âmbito político institucional.

Krook (2017) complementa esse cenário com a violência simbólica sofrida pelas mulheres na política ao associarem os estereótipos de gênero à sexualização de seus corpos. Essa inter-relação apresentada pela autora, se mostra relativamente enraizado na sociedade moderna, e ainda, é reforçado pelos meios digitais, em que “[...] se convertem então em um fator central da violência entre diversas fontes de poder” (KROOK, 2017, p. 56) preservando o

privilégio e a monopolização masculina nas esferas políticas. Mulheres que se distanciam dos padrões impostos pela sociedade, sofrem frequentemente com múltiplos mecanismos de discriminação, preconceito e opressão. É nesse contexto que o autor supracitado chama a atenção, pois, os estereótipos de gênero, são os principais entraves enfrentados pelas mulheres na política. No entanto, é importante enfatizar que, “o significado destas ações [...] não estão dirigidas somente contra uma mulher. Na realidade, buscam intimidar outras mulheres na política” (KROOK, 2017, p. 56), reafirmando aquilo que já é apresentado pela história, que o território político é pertencente unicamente aos homens, em particular, brancos, de classe média ou burguesa.

3 MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO: UMA ANÁLISE DO RELATÓRIO MONITORA

Antes de adentrar os dados do relatório MonitorA, evidencia-se o conceito de Mediação da Informação apresentado por Almeida Júnior (2015, p. 25),

Toda ação de interferência – realizada em um processo, por um profissional da informação e na ambiência de equipamentos informacionais –, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; visando a apropriação de informação que satisfaça, parcialmente e de maneira momentânea, uma necessidade informacional, gerando conflitos e novas necessidades informacionais.

No cerne do conceito tem-se a ação de interferência com o objetivo de conduzir para apropriação de informação gerando conflitos e outras demandas informacionais. Nesse sentido, compreende-se a Mediação da Informação como um processo contínuo, executada por um terceiro elemento que age entre a (o) usuária(o) e determinado objeto, buscando atender temporariamente as demandas informacionais dessa (e) usuária (a). Amplia-se a interpretação conceitual no que tange os pontos: indireta, inconsciente, plural ou coletiva, por compreender que as ações de interferência podem ultrapassar a relação direta com a (o) usuária (o) ampliando para o coletivo.

Nesse sentido, analisam-se os dados apresentados no relatório MonitorA (REVISTA AZMINA; INTERNETLAB, 2021) como um potencializador para disseminação da informação sobre esse tipo de violência, de carácter social por estar vinculada a comportamento socialmente construídos que molda historicamente a cultura da sociedade brasileira. No processo de Mediação da Informação, no contexto dessa pesquisa, demonstra a singularidade da questão informacional voltada para a discussão de enfrentamento às condições de

produção cultural da representação da mulher na sociedade, demonstrando a necessidade de medidas informacionais de enfrentamento que gerem outras condições socioculturais para a mulher em todos os espaços da sociedade.

Para tanto, e retomando ao objetivo geral de inter-relacionar o processo de mediação da informação com a representação feminina no âmbito político, a partir do enfrentamento da violência política contra a mulher far-se-á uma apresentação da violência política sofrida pelas mulheres nos ambientes digitais sinalizando o processo de mediação da informação no enfrentamento desse cenário.

Dito isso, tem-se o relatório, MonitorA (REVISTA AZMINA; INTERNETLAB, 2021) que consiste em uma análise interpretativa e descritiva relacionada aos termos discriminatórios direcionados às mulheres no pleito eleitoral. Os dados coletados são compostos pelos ataques presentes nos seguintes ambientes digitais: *Twitter*, *Instagram* e *Youtube*. Seguindo essa ordem, no *Twitter* foram coletados 1.610.932 comentários, sendo que, 8,8% são ofensivos. No *Instagram*, encontraram 632.170 comentários, de 43.886 publicações, resultado em 9,8% expressões ofensivas, e por fim, no *Youtube* é representado por 50.361 comentários de 1.800 vídeos e 9,8% continham termos ofensivos. Diante desse cenário, a ação de interferência no processo de mediação da informação caracteriza pela construção, visibilidade, bem como a demonstração de uma abordagem temática com relevância social trata da diversidade sociocultural da sociedade brasileira.

Assim, para Cortes, Alves e Silva (2015, p. 62) a “produção de conhecimentos a respeito da violência contra as mulheres, não se reduz a uma questão técnica, configura-se como prática social imprescindível para a democratização das relações de gênero e a efetivação dos direitos humanos das mulheres”.

Desse modo, a figura 1 apresenta alguns dados referentes a análise do MonitorA:

Figura 1 – violência política contra as mulheres candidatas a política

Fonte: Extraído de Revista Azmina; Internetlab (2021, p. 29).

A figura acima condiz com os dados interpretativos coletados no *Twitter*, em que o universo é composto por 147 candidatas, concorrendo aos cargos de vereadoras, prefeitas e vice-prefeitas. Nesse universo de entrelaçamento das ambiências informacionais, as redes sociais, descritas no relatório e compreendendo esse último como um equipamento informacional, identifica-se os espectros ideológicos defendidos pelas personagens de forma diversa, isto é, desde a direita, até o centro e esquerda. Ao analisar, a figura, percebe-se que a taxa de ofensa é alta 40%, dito isso e no processo de mediação da informação para o enfrentamento a essa situação, enfatiza principalmente o interesse de disseminar esses dados no sentido de dar visibilidade a essa realidade gerando outras ações para construção de um estado melhor nas relações sociais no espaço político. Outro ponto em destaque é que as candidatas mais afetadas são Joice Hasselmann (612 tuítes de xingamento) do Partido Social Liberal (PSL), Manuela D'Ávila (584 tuítes de ofensa) do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e Benedita da Silva (52 tuítes de termos ofensivos) do Partido dos Trabalhadores (PT).

No geral, as principais expressões tuitadas e identificadas pelo relatório ao se referir as candidatas são: comunista (284), peppa (278), porca (47), burra (45), ridícula (34), falsa (23), idiota (22) e entre outras. Com essa identificação das expressões nesse processo de mediação da informação identifica-se a intersecção na necessidade de conduzir a apropriação de informação, no sentido de enfrentamento dessa realidade, pois, “[...] visando a apropriação de informação que satisfaça, parcialmente e de maneira momentânea, uma necessidade informacional, gerando conflitos e novas necessidades informacionais” (ALMEIDA JÚNIOR, 2015, p. 25).

Nesse caso, compreende-se a necessidade de confrontar a essa situação, uma vez que a partir da apropriação da informação torna-se possível planejar e executar ações de interferência para mudanças nesses comportamentos sociais, especificamente a presença da mulher em espaços de poder. Assim, ao notar que tais expressões utilizadas, demonstram um vocabulário peculiar posicionando a mulher a uma condição subalterna, ao mesmo passo que, associam as representantes políticas a características desfavoráveis para exercer um cargo de poder e prestígio social.

Nessa mesma lógica, é eloquente também, que tais expressões, sempre foram associadas ao longo da história para deslegitimar ou menosprezar a mulher, mesmo que ela ocupe uma posição extremamente alta na pirâmide econômica ou social. Ao pensar a análise das expressões identificadas de forma contextualizada a apropriação da informação perpassa pela compreensão de que a informação “carrega embates, lutas por poder, por dominação, por imposições de conceitos e verdades” (ALMEIDA JÚNIOR, 2015, p. 12).

Assim, compreende-se que as razões que levam a utilização destes tipos de expressões, são as mesmas que nas interações sociais: desqualificar o trabalho da mulher, em virtude do desconforto de ver o sexo feminino rompendo com as barreiras de estereótipos, e conseqüentemente, ascendendo profissionalmente e politicamente. Krook (2017, p. 56) questiona que, esses ataques, carregam consigo o mesmo sentido de compreensão, “fazer com que o trabalho político da mulher, seja tão difícil e frustrante, reduzindo as possibilidades delas se realizarem em seus trabalhos de forma eficiente”. O principal problema é que certos tipos de comportamentos continuam sendo naturais em vários grupos sociais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se perceber que as críticas e julgamentos que são destinados às mulheres, são sempre mais enfáticas e onerosas do que para o sexo masculino, a única diferença é que na atualidade, as redes sociais se tornaram um espaço extremamente complexo para a ascensão e empoderamento feminino, afirmando novamente, a existência das raízes machistas que organizam as relações sociais, e agora, se mostram nas redes da *internet*. Ao identificar essa situação, as ações de mediação dessas informações contextualizadas podem potencializar as mudanças sociais, bem como conduzir para o conhecimento ao possibilitar a utilização dessas informações em ações que atua em prol da garantia do direito social das mulheres, cidadãs, que almejam fazer parte dos espaços públicos da sociedade brasileira.

Esse resumo expandido apresentou abordagens em fase inicial de análise sendo possível outras reflexões que atendam para o fortalecimento do enfrentamento a violência contra a mulher em todos os espaços relacionais da sociedade.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação: um conceito atualizado. *In*: BORTOLIN, Sueli; SANTOS NETO, João Arlindo dos; SILVA, Rovilson José da (org.). **Mediação oral da informação e da leitura**. Londrina, PR: ABECIN, 2015. p. 9-32.
- BEAUDOUX, Virginia García. De techos, laberintos y precipicios: estereotipos de género, barreras y desafíos de las mujeres política. *In*: FREIDENBERG, Flavia; DEL VALLE PÉREZ, Gabriela del Valle (org.). **Quando hacer política te cuesta la vida: estrategias contra la violencia política hacia las mujeres en América Latina**. México: Instituto de Investigaciones Jurídicas, 2017. p. 103-115.
- BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2016. 252 p.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Bancada feminina na câmara será composta por 77 deputadas na nova legislatura**. 2019. Disponível: <https://www.camara.leg.br/noticias/550935-bancada-feminina-na-camara-sera-composta-por-77-deputadas-na-nova-legislatura/>. Acesso em: 25 maio 2021.
- CORTES, Gisele Rocha; ALVES, Edvaldo Carvalho; SILVA, Leyde Klebia Rodrigues da. Mediação da informação e violência contra mulheres: disseminando dados quantitativos no Centro Estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, ANCIB, v. 8, n. 2, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/119584>. Acesso em: 11 jun. 2021.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002
- KROOK, Mona Lena. ¿Qué es la violencia política? El concepto desde la perspectiva teórica y la práctica. *In*: FREIDENBERG, Flavia; DEL VALLE PÉREZ, Gabriela del Valle (org.). **Quando hacer política te cuesta la vida: estrategias contra la violencia política hacia las mujeres en América Latina**. México: Instituto de Investigaciones Jurídicas, 2017. p. 45-73.
- REVISTA AZMINA; INTERNETLAB. **MonitorA: relatório sobre violência política online em páginas e perfis de candidatas(os) nas eleições municipais de 2020**. São Paulo, 2021. Disponível em: https://www.internetlab.org.br/wp-content/uploads/2021/03/5P_Relatorio_MonitorA-PT.pdf. Acesso em: 11 jun. 2021.
- VALENTIM, Marta Lígia Pomim. Construção do conhecimento científico. *In*: VALENTIM, Marta Lígia Pomin. (org.). **Métodos qualitativos de pesquisa em ciência da informação**. São Paulo: Polis, 2005. p. 7-28.